

De passagens e deslimites: a experiência boliviana

Oscar Vega Camacho

Professor de ciências políticas da Universidad Católica Boliviana.

Tradução de Vladimir Sibylla Pires



Não se trata de um comportamento de rejeição. É preciso escapar da alternativa entre fora e dentro; é preciso estar nas fronteiras.
Michel Foucault (2010, p.986)

1.

Fui convidado a escrever sobre a situação boliviana durante a epidemia e, com muitas dúvidas, aceitei, inicialmente pensando que, dentro dos prazos de entrega, estaríamos saindo da emergência para que eu pudesse ter alguma visão do que aconteceu. Mas, nestes tempos incertos, estamos no que parece ser o início do período de maior contágio, que pode prolongar-se por várias semanas mais, com todas as consequências desastrosas em termos de mortalidade e negligência para com os mais vulneráveis. Em outras palavras, estou escrevendo sobre o avanço dos incontáveis efeitos tumultuados da epidemia. Porque já tivemos três meses de quarentena rigorosa e cinco meses de informações sobre a epidemia em outros continentes, mas continuamos com todas as incertezas e inseguranças sobre o vírus, a epidemia e suas consequências na vida social e institucional em que operamos.

Portanto, o que pode ser escrito agora que a onda – ou elevação da curva, como é usual dizer – está em pleno andamento na Bolívia e em toda a América do Sul? Estou me perguntando o que pode ser dito sobre essa experiência no meio de sua passagem, no meio de seu trânsito, quando provavelmente estamos testemunhando suas maiores consequências em termos do número de vidas e cuidados de saúde afetados. Esta é, de fato, uma dimensão da epidemia, a mais visível por causa de seus números e tabelas estatísticas, sobretudo por causa da experiência das deficiências e fraquezas dos sistemas sanitário e médico nesses países. Se olharmos apenas para a capacidade das enfermarias e dos equipamentos de terapia intensiva, ela varia muito entre nossos países e, no entanto, são insuficientes para atender suas respectivas populações, sem mencionar a disponibilidade de kits de teste ou o número de funcionários designados aos centros de assistência médica. Ao olharmos a saúde e a medicina os vemos completamente sobrecarregados. E estamos apenas entrando, talvez, na fase mais crítica da epidemia.

Esta é uma das facetas da experiência da epidemia, outras são os requisitos mínimos das condições de vida para poder superar essa árdua e rígida determinação de distanciamento social e proteção do lar. Também a paralisia – em primeiro lugar – do transporte, trabalho, educação e recreação, embora – mais tarde – os recursos tenham

sido gradualmente disponibilizados para sua implementação com todos os protocolos de saúde, em alguns setores de trabalho e serviços, mas em outros eles se viram em uma necessidade imperativa de substituição por plataformas digitais com todas as limitações e dificuldades tecnológicas e, acima de tudo, com as enormes lacunas da desigualdade no acesso a elas.

Existe um grande vazio entre as datas das medidas governamentais de prevenção diante da emergência global da epidemia e as situações críticas atuais com as quais se tem que lidar em seu período mais crítico. Em outras palavras, as populações estão confinadas há mais de três meses e com a paralisia das principais atividades, sejam elas de trabalho, educação, cultura e atividades sociais. Durante esse período de três meses, que deveria ser um tempo prudente para preparar e articular um conjunto de medidas governamentais para enfrentar a magnitude e a velocidade da epidemia, ele tem sido mais a ocasião para fustigar e outros para negar a situação que se aproximava. Como um todo, pode-se afirmar que só anteciparam seu interesse imediato, forçando capacidades e possibilidades apenas para seus próprios fins. A mesquinhez e cegueira dos governos em todos os países da região são e serão a causa de convulsões e interpelações profundas. Mas ainda estamos nesta longa passagem...

Tentemos novamente para poder começar com aquelas situações anteriores às medidas da epidemia, este é um vislumbre do que estava acontecendo na região: no Chile, após vários meses de mobilizações contínuas e maciças em torno de uma assembleia constituinte, embora finalmente o governo e as partes se abrissem para discuti-la e estabelecessem um mecanismo de consulta para sua instalação, ainda estava em disputa como e com quem a assembleia deveria ser implementada. Na Colômbia, com um novo governo eleito sem apoio majoritário e com o início de grandes mobilizações em torno do processo de paz, uma proliferação de plataformas e atos de protesto social estava sendo gerada depois de muito tempo, o que vislumbrava novos cenários políticos. No Equador estavam na investida governamental contra o "correísmo", que servia de pano de fundo enquanto aplicavam medidas de ajuste orçamentário e financeiro, enquanto as organizações sociais e indígenas foram reconfiguradas contra projetos extrativistas e invasões territoriais. No Peru, com um governo enfraquecido e medindo forças com o órgão legislativo para estabelecer uma chamada transição política, em meio à perda de legitimidade institucional e a mobilizações cada vez mais fortes e amplas no setor de



mineração no sul do país. Brasil é um caso todo específico, com a eleição do questionado Jair Bolsonaro e o colapso das alianças em torno do PT, há um profundo mal-estar social com fortes desafios para as classes políticas e líderes do país, com um ressurgimento fortalecido das forças policiais e militares nas cidades e outras áreas estratégicas. As consequências de um possível resultado violento no Brasil são extremamente perigosas devido ao papel de liderança das forças armadas na atual ordem fática e constitucional. A Argentina, com um governo recém-eleito, parecia iniciar seu processo de transição com algumas medidas, em contraponto ao anterior governo Macri, para redirecionar a espiral inflacionária e suas profundas consequências sociais; mas isto teve que ser estabelecido em uma nova temporalidade e emergência.

No caso da Bolívia, foi logo após as eleições gerais que foram anuladas devido à queda de Evo Morales e seu governo. Ainda há um longo debate e posicionamento sobre se foi ou não um golpe de Estado, como se isso pudesse dar alguma indicação da estranheza e rapidez com que um governo, um partido e uma liderança entraram em colapso. Este é o enigma boliviano que merece ser entendido como um processo que teve diferentes fases, momentos e correlações de força, razão pela qual também teve deslocamentos e diferentes posições em relação às políticas oficiais. Apesar, ou talvez precisamente por causa, de sua recente e poderosa nova ordem constitucional, ela continua a ser uma das principais áreas de disputa política. Mas, mesmo assim, o governo atual é transitório e as opções do novo cenário eleitoral são muito forçadas e de pouca incidência ou apoio social, seja por oportunismo ou chantagem partidária. De fato, o que está sendo vivenciado é uma enorme brecha entre a classe política e a dinâmica social existente. Também aqui a situação boliviana não é diferente da dos outros países vizinhos, onde se acreditava ou se queria ser percebida em outra situação por causa das características de seu processo constituinte e da suposta nova liderança que Evo Morales representava.

Estas declarações, que podem ser controversas para uma determinada "esquerda", são necessárias e importantes porque podem colocar no palco político a disputa contra os poderes de autoridade, territorialidade e dignidade com que os movimentos de Chiapas a Buenos Aires, da Amazônia boliviana aos mapuche chilenos, dos brasileiros sem-terra aos desalojados colombianos e ao "ni una menos" argentino, que são uma ampla gama de lutas e plataformas de intervenção que vêm ganhando um destaque que disputa o espaço e a

ação política, que não querem ser entendidos ou tratados politicamente porque o contexto em que devem atuar é de uma gestão governamental neoliberal, mesmo daqueles governos de esquerda ou que, pelo menos, assim se proclamam. Há várias questões com governos progressistas ou de esquerda que merecem não só ser avaliadas e criticadas, mas também ser colocadas em consideração pública e numa perspectiva descolonizante, a fim de alcançar um verdadeiro eco e efeito sobre as ações, estruturas e autoridades com as quais se estabeleceram como poderes raciais, sexuais e sociais.

Este não é o espaço para fazer essas considerações, mas, se elas não forem também colocadas explicitamente, dificilmente poderemos tentar caracterizar as condições da passagem em que nos encontramos hoje. Ademais, isso nos permite tentar compreender uma série de medidas governamentais que têm sido semelhantes nos países sul-americanos, embora possam ocorrer diferenças em sua implementação e essas diferenças são sintomáticas das cargas ideológicas que se quis transmitir à epidemia.

2.

O que caracteriza o grupo sul-americano, e sintomaticamente não se quer nomear, é a profunda crise estatal, uma crise da forma Estado-nação, que tem sido gestada por várias décadas e tem sido descrita a partir de perspectivas e alternativas muito diferentes. Sejam as complexas transições democráticas após ditaduras militares, os necessários ajustes legais e institucionais da globalização em curso, as exigências de modernização tecnológica em todos os setores e áreas da sociedade, o peso de uma longa tradição burocrática legal e administrativa para fins de sinecura e corrupção. Assim como as contínuas reivindicações de direitos humanos, o desconhecimento dos direitos dos cidadãos, da subjugação de terras e territórios, e o poder factual das operações e funcionamentos ilegais de grupos ou clãs e famílias.

Menciono aqueles que continuamente inundam as manchetes dos periódicos e que fortalecem a imagem de países fracos, inseguros e institucionalmente sobrecarregados. Mas eles também são candidatos contínuos à cooperação internacional e a empréstimos substanciais para reestruturação e fortalecimento institucional. Este é um círculo vicioso e, portanto, também um espólio cobiçado: o Estado em ruínas ou à beira do colapso. E uma classe política que deve ser renovada para se manter, mas, na medida do possível, por meio da sucessão familiar e partidária.



Do ponto de vista do Estado, este é um panorama que faz qualquer proposta de longo prazo parecer insustentável e inviável em termos institucionais e legais, mas podemos apreciar a eficácia deste estado de coisas para o funcionamento dos interesses corporativos e financeiros. Sem dúvida, há um posicionamento geopolítico no continente.

Embora do ponto de vista da sociedade encontraremos um espectro muito mais amplo em relação ao Estado, desde não conhecê-lo ou ignorá-lo até desqualificá-lo ou ter que suportá-lo; isto é, múltiplas posições antagônicas, contraditórias e utilitárias que podem coexistir e coabitar dependendo de quais estratégias específicas e de que escopo e aparato estatal se trate. Do ponto de vista social, as experiências do Estado dependem da situação concreta e da necessidade específica de determinar as posições possíveis. Portanto, a experiência estatal torna-se uma experiência institucional de disputa e, às vezes, de negociação com os modos de vida e as urgências e emergências para cuidar das formas de vida.

Quando se afirma que são várias décadas de crise estatal, e a profundidade dessa crise, não é para reabrir um debate sobre o papel e a função do Estado na sociedade moderna, mas, sim, para observar como o Estado moderno foi configurado e metamorfoseado em sociedades não nacionais com uma forte tradição colonial de estratificação e poder. O racismo, o patriarcado e a branquitude são dispositivos funcionais do poder latifundiário, financeiro ou estatal. México, Brasil, Colômbia, Peru, e por aí vai, todos mantêm uma tensão não resolvida e em permanente disputa com a cidadania, igualdade e liberdade, com o exercício dos direitos e o respeito ao público.

Em um sugestivo livro sobre a relação estatal como história em disputa, que requer uma abordagem histórica específica para cada caso estatal sem negligenciar a constelação conflitante com a qual eles devem ser conduzidos, observa Rhina Roux (2005, p. 41-42):

Por sua natureza processual e porque repousa na dominação, o Estado não é uma entidade fixa, dada de antemão: a relação do Estado, que faz coerência com os dominadores e dominou a partir da existência de um quadro jurídico, é sempre atravessada por conflitos e constantemente ameaçada de ser dominada pela insubordinação dos dominados. A comunidade estatal é em si mesma instável porque se baseia na dominação: uma interação social não recíproca cujos efeitos potenciais de ruptura e confronto o vínculo unificador que é o Estado tenta permanentemente inibir, mas que não pode resolver.

Também nos competem as considerações sobre o estatal na América do Sul, mas, se não as levarmos em conta dificilmente podemos delimitar e delinear aquelas autoridades que presumivelmente estão assumindo turbulentemente as decisões e

responsabilidades com as medidas governamentais diante da pandemia e de suas consequências sociais.

3.

No caso da Bolívia, pode-se dizer que ela vivia justamente um processo constituinte e estava construindo um novo Estado. A magnitude e profundidade do desse processo, em termos de participação e apoio social, tornaram possível tratá-lo como algo inovador ao incorporar o pluralismo, a democratização e a descolonização em todas as esferas estatais em função do fortalecimento de uma sociedade plural. A nova Constituição estabelece um Estado Plurinacional, pondo em questão aquelas tradições liberais e modernas que se baseiam na nacionalidade, na cultura e no Estado. Desta forma, repensa a equação das relações entre Estado e sociedade em uma ampla gama de transformações e horizontes com iniciativas e experiências inovadoras em gestão e participação. Mas tudo isso foi deixado quieto depois que a nova Constituição foi promulgada em 2009. Uma mudança governamental começou na correlação de forças, entre o processo constituinte e o processo de transformação do Estado ou de implementação constitucional. O que teremos é uma nova nomenclatura estatal que veste a estabilidade sobrevivente, não há propriamente uma transformação do Estado, mas uma continuação com novos nomes e um avultado crescimento burocrático.

Esse paradoxo da situação boliviana não é diferente daquele sofrido pelo Equador, que uma audácia e astúcia governamentais para revestir o poder constituinte em uma nova modernização estatal com roupagem descolonizada, assim como outros governos chamados progressistas que, em nome de direitos e da redistribuição de renda, consolidaram e expandiram a inserção desses países no capitalismo global e na incerteza das *commodities*.

Em um livro recente de Mezzadra e Neilson (2019, p. 52-53), cujo subtítulo é “escavando o capitalismo contemporâneo”, os autores delimitam com precisão a problemática estatal atual, e escrevem:

Embora sejamos bem conscientes da relevância do Estado na história do capitalismo, nossa análise destaca os limites da capacidade do Estado de conter e articular plenamente a relação entre capital e política, não apenas na era contemporânea, mas também no período do suposto apogeu do Estado. Tanto nas relações sociais que constituem o capital quanto nas suas operações agregadas, torna-se evidente a incapacidade do Estado de controlar ou regular

totalmente o nexo entre capital e política, fornecendo um fio analítico que permite não só rastrear a expansão diversificada e desigual das fronteiras do capital, mas também repensar as próprias noções de política [...]. Claramente, os momentos políticos inerentes às operações do capital - particularmente aparentes nos domínios de extração, logística e finanças que analisamos neste livro - estão entre os principais fatores que limitam a ação dos Estados no que parece ser uma transição prolongada e nunca alcançada. A pesquisa sobre essas limitações é importante porque os estados continuam a atrair o investimento de desejos e expectativas de emancipação e transformação. Tal investimento é evidente tanto na observação de debates críticos sobre política e capitalismo, quanto na consideração do desenvolvimento, e com a emergência de governos "progressistas" na América Latina na última década. A crise atual e a turbulência de muitos desses governos devem nos tornar cautelosos quanto às perspectivas de uma política de transformação social centrada no Estado.¹

Um equilíbrio necessário das duas últimas décadas das expectativas e dificuldades do papel do Estado na dinâmica da transformação social, longe do maniqueísmo e de um uso essencialista das categorias, permitiria estabelecer uma cartografia dos intensos e múltiplos conflitos e lutas que têm sido profusamente implantados como resultado das operações do capital. E, da mesma forma, esta possível cartografia nos estabeleceria horizontes e temporalidades de politização em curso não percebidos como tal, e provavelmente também nos ensinaria correspondências e comunicações entre eles que forjam criações inovadoras para a transformação social. De alguma forma, é uma possível cartografia que descentraliza o Estado como monopólio do político e promove a politização de esferas invisibilizadas ou deslocadas para posições subalternas em termos de poder.

Se pensarmos no caso da Bolívia, por exemplo, com a vertiginosa e estranha queda de Evo Morales em outubro e novembro do ano passado, poderíamos fazer uma comparação com sua surpreendente e inesperada primeira vitória eleitoral em dezembro

¹ Em inglês, no original: "While we are well aware of the relevance of the state in the history of capitalism, our analysis highlights the limits of the state's capacity to fully contain and articulate the relationship between capital and politics, not just in contemporary era, but also in the period of the state's supposed heyday. Both in the social relations that constitute capital and capital's aggregate operations, the inability of the state to fully control or regulate the nexus of capital and politics becomes evident, providing an analytical thread that allows us not only to trace the variegated and uneven expansion of capital's frontiers but also to rethink the very notions of politics [...] Clearly, the political moments inherent to the operations of capital —particularly apparent in the domains of extraction, logistics, and finance we analyze in this book— are among the main factors that constrain the action of states in what appears an extended and never accomplished transition. An investigation of these constrains is important because states continue to attract the investment of desires and expectations of emancipation and transformation. Such investment is evident both looking at critical debates on politics and capitalism and considering development such as the emergence of "progressive" governments in Latin American over the past decade. The current crisis and turmoil of many of these governments should make us cautious regarding the prospects of a politics of social transformation centered on the state."

de 2005. Ambas as situações, que não foram previstas como tais ou, pelo menos, consideradas viáveis de acontecer, curiosamente aconteceram com a realização de eleições gerais nacionais. Ou seja, em ambas as situações havia uma alta probabilidade de que pudesse ser o vencedor ou, no outro caso, o perdedor, mas em nenhuma delas a magnitude da vitória ou a iminência do colapso. Embora a principal diferença entre as duas situações seja que, na primeira, estamos vivendo um forte processo de politização na sociedade e, na segunda, ao contrário, estamos em um denso e longo processo de despolitização. Pode-se tentar argumentar a surpresa ou perplexidade que estas situações geram, mas ambas são finalmente consequências de uma ação social e coletiva, seja através dos resultados nas urnas ou simplesmente em sua retirada e cautela diante das investidas e escaramuças partidárias frente aos duvidosos resultados preliminares das eleições. Em ambos, o curso possível da situação é determinado pela base social e seu apoio.

4.

Na Bolívia, o governo de transição, legalmente obrigado, foi finalmente implementado como resultado da demissão antecipada de todas as autoridades que poderiam assumir constitucionalmente o cargo de presidente e devido à própria urgência de resolver o vácuo institucional político que estava sendo gerado em um momento de competição eleitoral entre os partidos. Partidos políticos que não têm necessariamente vida política, mas que voltaram à vida pública graças à promulgação, um ano antes, de uma nova lei eleitoral, talvez para ser útil à configuração de uma disputa eleitoral democrática. Então, esses políticos, apoiadores de segunda ou última categoria, não só conseguem entrar no atual cenário eleitoral, mas acabarão desempenhando papéis de liderança diante da súbita demissão ou saída dos supostos líderes e estrategistas políticos próximos a Evo Morales. O vácuo político institucional começa a ser preenchido com essas figuras e apetites, para surpresa de todos, a começar pela sua própria.

O governo de transição, na urgência de dar a si mesmo uma imagem de força e decisão, rapidamente concentra sua força em torno da presidenta recém-eleita, cujo êxito é devido ao fato de ser senadora e servir como terceira vice-presidente do Senado. Mulher, beniana² e opositora furiosa de Evo Morales, seu partido mal havia alcançado 4% dos

² N.T.: Nascida no Departamento de Beni, um dos nove departamentos da Bolívia. Localiza-se na região centro-norte do país.



votos nas eleições gerais anteriores, mas sua cadeira no Senado era uma cota das minorias políticas que eram partidárias e necessárias para sustentar uma democracia formal instituída. A surpresa, mais uma vez, especialmente para as forças políticas partidárias que tornaram possível esta saída da crise com um governo de transição, cujo único mandato é convocar eleições gerais em 90 dias, é que a presidenta – agora segura e empoderada com sua nova imagem – decide lançar sua candidatura. As forças que conseguiram viabilizar sua investidura como presidenta agora se encontram com uma concorrente desleal e oportunista para a arena eleitoral que ela deveria liderar. Além disso, as pesquisas de opinião rapidamente começaram a dar seus números percentuais que incendiaram as aspirações dos outros candidatos, mas nenhum deles ainda poderia pensar em ser um vencedor no primeiro turno e teria que competir em um segundo turno entre os dois primeiros colocados, o que significava que eles tinham que continuar negociando ou traficando alianças.

Esse cenário eleitoral, que tem quase todas as características carnavalescas onde só se é promovido através das prebendas e da combustão contínua da mídia, alertou para temporalidades políticas muito díspares e heterogêneas na sociedade. Esse é, por um lado, o cenário social de uma longa despolitização iniciada com a promulgação da nova Constituição e a virada política que estabeleceu uma configuração das correlações de força que deram um papel protagonista ao novo Estado, mas que acentuou precisamente o caráter protagonista do Executivo e da liderança carismática de Evo Morales, disciplinando ou deslocando os movimentos, organizações e lideranças sociais e indígenas. Nesse cenário social, os cidadãos foram obrigados a ir às diversas eleições e consultas, com resultados que não surpreenderam, mas também sem convicção. Será mais uma rotina cidadã, quase um procedimento obrigatório, apesar do fato de que surgiram fortes indícios quanto à legitimidade desses processos. Esse é o caso do referendo sobre a reeleição de Evo Morales, que seu próprio governo não reconheceu e buscou estratégias legais para justificar tal ignorância; ou a baixa participação para a eleição de juízes no país que não alterou os resultados porque as contagens foram estabelecidas por maioria simples.

Por outro lado, com a súbita renúncia de Evo Morales e de seus colaboradores imediatos que gerou o vácuo político institucional, começou-se a se evidenciar a magnitude da fenda que sustentava sua força política e do MAS, demasiado vulnerável e

explosiva para tentar superar uma nova e forte plataforma eleitoral. Consequentemente, o que encontramos é uma contínua e forte interpelação aos líderes e autoridades do aparelho estatal.

Após uma luta tensa, durante a pandemia, entre as forças partidárias, uma nova data de eleições gerais foi promulgada para 6 de setembro, o que diminuiu a tensão em relação ao calendário, mas ainda não esclarece quais seriam as opções eleitorais mais fortes. Embora siga em queda a popularidade fugaz da atual presidenta do governo de transição, assim como se continuará ou não com sua candidatura, isso pode pesar muito sobre quem ela irá apoiar. Até agora os partidos têm sido muito cautelosos, se não silenciosos, sobre qual seria sua proposta eleitoral porque qualquer horizonte possível é incerto ou tende a mudar. O que queremos ler como uma vitória política é ter alcançado uma data eleitoral e que um dos principais concorrentes está em baixa ou prestes a deixar a corrida. A confiança da votação está sendo colocada na carga emocional ou carismática de suas figuras, pois não há projetos, propostas ou debates.

Finalmente, sobre esse cenário eleitoral desencorajador da Bolívia, a data pode mudar novamente porque as consequências da pandemia estão superando as piores previsões que tínhamos. Também não temos ainda as indicações mínimas para estabelecer as datas da possível atenuação da curva de contágio e em que situação nos encontraremos. Se as eleições forem realizadas, muito provavelmente teremos um segundo turno para poder escolher entre os dois maiores votos, o que causará intensa negociação e tráfico das forças partidárias concorrentes. Portanto, teremos um governo constitucionalmente eleito, mas ele será fraco em termos de apoio social e constantemente desafiado por sua legitimidade, ainda mais porque terá que administrar a crise multidimensional que a pandemia despertou.

5.

Estes são os deslimes que estamos vivendo e que tendem a seguir reproduzindo um aparato estatal em crise. Cada um dos casos terá características e especificidades, mas algumas características comuns desta profunda discórdia entre a sociedade e o Estado podem ser seguidas. Nesses meses de emergência pandêmica, todos revelaram o seu principal recurso estratégico de mobilização para lidar com a crise sanitária e social: a polícia e o aparelho das forças militares. Demonstrando que as chamadas democracias da



região são apoiadas e orientadas pela existência e persistência desses aparelhos de força, o que leva a repensar o caráter e a forma das democracias sul-americanas existentes e a urgência de reconsiderar as chamadas "transições democráticas" no período que se seguiu aos governos ditatoriais e/ou militares e no auge do neoliberalismo.

A panorâmica dos deslimites sul-americanas pode levar-nos a continuar o refrão sobre os tempos sombrios e assustadores que estamos a viver, que, naturalmente, têm apoio concreto e porque são também totalmente incertos e inseguros. Mas mesmo com essas experiências de perigo e medo, não devemos procurar uma saída ou um salvador para tentar forçar uma possível iluminação salvadora. Mais uma vez, a perspectiva deve ser mudada a fim de entendê-las politicamente como uma construção coletiva e social, não em termos meramente partidários ou guerrilheiros, mas com as chaves daquelas múltiplas e persistentes estratégias de resistência e sobrevivência que os povos e nações indígenas ou diferentes núcleos afro-americanos, bem como os atuais movimentos feministas sul-americanos, estão a empregar.

Num artigo recente sobre a Bolívia e a COVID (e recebido ao finalizar este artigo), que é muito crítico sobre as condições materiais e humanas do campo sanitário e médico no país, os autores começam por afirmar:

Se há uma coisa que é clara para a maioria dos habitantes deste país, é que a incerteza e o medo que rodeiam esta pandemia e os longos confinamentos terão de ser confrontados com estratégias pessoais, familiares, de vizinhança e/ou comunitárias. Pouco se pode esperar do Estado, que nos últimos anos tem dado pouca prioridade à saúde, e que hoje em dia gere a crise de uma forma improvisada, violenta e irresponsável (SALAZAR; ROCHA, 2020, p.2).

Esta é a discórdia entre sociedade e Estado, que é histórica nas nossas realidades sul-americanas e aquilo a que chamamos a sua condição colonial. A perspectiva que estamos a tentar tornar visível é como essa condição colonial histórica tem sido confrontada, resistida e modificada ao longo do tempo. Obviamente, não é a versão dos vencedores e dos dominantes, é uma contraversão, muito viva e poderosa nas memórias e que é reativada nos movimentos e lutas em curso.

Em um livro recentemente publicado que reúne as experiências de problematizações no movimento feminista, Veronica Gago (2020, p. 188) assinala a importância de "fazer corpo", "dar corpo", que devirá na corporalidade dos movimentos:

A assembleia é produzida pela ocupação de um espaço em termos corporais, de modo a mostrar que a performatividade política não é apenas discursiva ou pré discursiva. Pode ser uma marcha, uma vigília, a ocupação de uma praça ou de um edifício, um luto público ou uma greve de fome, diz a autora para se referir à assembleia como uma assembleia de corpos. O que importa é a materialidade do corpo que é posto em risco e exposto com outr*s. É o que ela diz. Para além das declarações linguísticas, aparece um tipo diferente de enunciado. Colocar o corpo é dizer. Mas dizer de outra forma. Performativo significa então atuar uma força comum e, também, usá-la politicamente.

Como forma de encerramento sobre a experiência boliviana de passagens e deslimites em curso, referir-me-ei à epígrafe de Foucault do início, que apelava à fuga da alternativa do fora e do dentro, exclamando que "é necessário estar nas fronteiras", o que poderia ser lido na chave dessas diversas lutas anticoloniais e das atuais estratégias antiautoritárias como contrapoder. Na mesma linha de delinear novos campos conceptuais para a vida e a política, o trabalho atual de Catherine Malabou (2010, p. 8) é importante e decisivo, ao assinalar:

A plasticidade designa então o movimento de constituir uma saída ali mesmo onde não é possível uma saída. Dito de outra forma: a plasticidade torna possível o aparecimento ou a formação de alterações onde o outro está absolutamente ausente. A plasticidade é a forma de alteração onde falta toda a transcendência. Todo o materialismo habita um mundo fechado.



Referências

FOUCAULT, M. ¿Qué es la Ilustración? In: **Obras esenciales**. Madrid: Ediciones Paidós, 2010.

GAGO, V. **La potencia feminista**. Madrid: Traficantes de sueños, 2020.

MALABOU, C. **La plasticidad en espera**. Santiago de Chile: Palinodia, 2010.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **The Politics of Operations**. Excavating Contemporary Capitalism. Durham and London: Duke University Press, 2019.

ROUX, R. **El Príncipe mexicano**. Subalternidad, historia y Estado. México: Ediciones Era, 2005.

SALAZAR, H.; ROCHA, M. Bolivia frente a la Covid-19. Entre la precariedad en salud y la gestión improvisada. **Oficina Región Andina**, julio 2020. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2020. Disponível em: <https://www.rosalux.org.ec/pdfs/Bolivia_merecido_a_bandeira_estrelada_da_União>.